

MEDIDA PROVISÓRIA 1069, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Altera a Medida Provisória nº 1.063, de 11 de agosto de 2021, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para dispor sobre a comercialização de combustíveis por revendedor varejista.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º O art. 1º da MP 1.069, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Medida Provisória nº 1.063, de 11 de agosto de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3°. O disposto no art. 68-D da Lei n° 9.472, de 1997, será regulamentado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP, no prazo de noventa dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória, que deverá considerar, entre outros requisitos técnicos, a necessidade de comprovação pelo revendedor varejista de tanque segregado para a comercialização de produto de outros fornecedores".

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.063/2021 trouxe regras para disciplinar a comercialização de combustíveis provenientes de fornecedores diversos por parte de revendedor varejista que optar por exibir a marca comercial de certo distribuidor de combustíveis líquidos.

Embora seja possível identificar, na referida MP, preocupação no sentido de assegurar que o consumidor seja "devidamente informado" (art. 68-D), a norma foi silente quanto à necessidade de garantia da qualidade do produto adquirido pelo consumidor. De nada adianta trazer informação ao consumidor caso os produtos oriundos de diferentes fornecedores forem armazenados em um mesmo compartimento.

Diante disso, a fim de assegurar que, ao regulamentar o tema, tal aspecto será considerado, sugere-se que seja incluído o complemento indicado nesta Emenda ao caput do art. 3º da Medida Provisória nº 1.063, de 11 de agosto de 2021.Trata-se de ajuste



necessário para assegurar que os consumidores não serão prejudicados ou lesados com o advento desta norma.

Sala das Sessões, de setembro de 2021.

Deputado Federal PASTOR GIL (PL/MA)